

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)

SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL:

Desafios e atuação profissional

Atena
Editora
Ano 2022



Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)

SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL:

Desafios e atuação profissional

 **Atena**
Editora
Ano 2022



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Serviço social no Brasil: desafios e atuação profissional

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S491 Serviço social no Brasil: desafios e atuação profissional / Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0393-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.937221008>

1. Serviço social. 2. Questão social. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa (Organizadora). II. Título.

CDD 360

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A coletânea *Serviço Social no Brasil: Desafios e atuação profissional* é composta por 08 (oito) capítulos produtos de pesquisa, ensaio teórico, relato de experiências, dentre outros.

O primeiro capítulo discute a atuação do Assistente Social na política de assistência social e os desafios para a efetivação do projeto ético político do Serviço Social no contexto da sociedade do capital. O segundo capítulo discute a proteção social de alta complexidade para a pessoa idosa frente às demandas sociais para esse público em particular.

O terceiro capítulo analisa o processo de migração e seus fatores determinantes na atual conjuntura. O quarto capítulo discute a transversalidade da política ambiental nas políticas públicas na perspectiva intersetorial.

O quinto capítulo analisa a atuação de Assistentes Sociais no enfrentamento à violência doméstica e familiar e os desafios vinculados nesse processo. O sexto capítulo discute os impactos da pandemia de Covid-19 no trabalho dos Assistentes Sociais no contexto da política de saúde.

O sétimo capítulo discute o consumo prejudicial de álcool e outras drogas enquanto manifestação da questão social. E finalmente o oitavo capítulo apresenta os resultados de pesquisa acerca da incidência de adoecimento mental no trabalho no contexto do enfrentamento da pandemia de Covid-19.

Neste contexto, as discussões apresentadas nessa coletânea podem contribuir para a discussão dos desafios e possibilidades para a atuação dos Assistentes Social na atual conjuntura brasileira.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A EFETIVAÇÃO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL:
ANALISANDO O PLANTÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PONTE NOVA- MG

Karen de Fátima Ségala


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9372210081>

CAPÍTULO 2..... 9

POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM PRESIDENTE KENNEDY-
ES: PREGÃO ELETRÔNICO PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALTA
COMPLEXIDADE À PESSOA IDOSA

Elizaura Barcelos Matias da Silva

Gissele Carraro


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9372210082>

CAPÍTULO 3..... 18

MIGRAÇÃO EM GOIÁS: A ATRAÇÃO PELO FATOR SOCIOECONÔMICO

Gláucia Maria Ribeiro de Souza

Pauleânia Machado Sousa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9372210083>

CAPÍTULO 4..... 24

A TRANVERSALIDADE DA QUESTÃO DO MEIO AMBIENTE E AS POLÍTICAS PÚBLICAS,
NA PERSPECTIVA INTERSETORIAL: UM DEBATE NECESSÁRIO PARA A EDUCAÇÃO
SUSTENTÁVEL

Márcia Faraum dos Santos


Valéria Cristina da Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9372210084>

CAPÍTULO 5..... 35

SERVIÇO SOCIAL E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: DESAFIOS E
POSSIBILIDADES


Ariana Kelly dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9372210085>

CAPÍTULO 6..... 45

OS IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NA INTERVENÇÃO DOS/AS ASSISTENTES
SOCIAIS: DESAFIOS, IMPASSES E POSSIBILIDADES

Nikolas Corrent


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9372210086>

CAPÍTULO 7..... 57

MANIFESTAÇÕES DA QUESTÃO SOCIAL EM TORNO DO CONSUMO PREJUDICIAL DE
ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS E SUAS CONEXÕES INTERSETORIAIS

Lucia Cristina dos Santos Rosa


Laisla Shirley Rodrigues Maranhão

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9372210087>

CAPÍTULO 8..... 69

TRABALHADORES (AS) DA SAÚDE E DESGASTE NO TRABALHO: REFLEXÕES SOBRE O IMPACTO DA PANDEMIA NOS HOSPITAIS DE REFERÊNCIA DA COVID-19 NO SERTÃO DA PARAÍBA

Reginaldo Pereira França Junior
Maria da Conceição Silva Félix
Cleonice Peixoto Alves
Ivanyr Nayara Mascena Veras,
Letícia Bandeira Matias de Oliveira,
Lavínia Gabriela Oliveira de Almeida,
Maria Carla Laiane Gabriel Alexandre
Moisés Elias Casimiro
Rayane Abrantes de Sousa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9372210088>

SOBRE A ORGANIZADORA..... 96

ÍNDICE REMISSIVO..... 97

MANIFESTAÇÕES DA QUESTÃO SOCIAL EM TORNO DO CONSUMO PREJUDICIAL DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS E SUAS CONEXÕES INTERSETORIAIS

Data de aceite: 01/08/2022

Data de submissão: 11/07/2022

Lucia Cristina dos Santos Rosa

Universidade Federal do Piauí, Departamento de Serviço Social/Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas
Teresina – Piauí
<http://lattes.cnpq.br/1155495958494760>

Laisla Shirley Rodrigues Maranhão

Universidade Federal do Piauí, Departamento de Serviço Social/Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas
Teresina – Piauí
<http://lattes.cnpq.br/2041415198069097>

RESUMO: Têm-se por objetivo levantar subsídios para discutir as manifestações da questão social e suas articulações intersetoriais, focalizando o consumo prejudicial de álcool e outras drogas como tema transversal a vários campos de estágio em Serviço Social e política social. Baseou-se em revisão de literatura e no relato de experiência docente com a disciplina Seminário de Prática I. Diante dos desafios de formar profissionais na perspectiva da intersectorialidade, discute-se a dimensão da transversalidade na recomposição da totalidade das manifestações da questão social. A direção principal da intersectorialidade se orienta pelos encaminhamentos de um serviço ou política a outro/a, mas, há necessidade de assunção de outras perspectivas que envolvam não apenas

os profissionais da linha de frente, mas, também a gestão e a intensificação da comunicação entre os dispositivos intrasetoriais e intersetoriais.

PALAVRAS-CHAVE: Álcool e outras drogas; intersectorialidade; redução de danos; questão social.

ABSTRACT: The objective is to raise subsidies to discuss the manifestations of the social issue and its intersectoral articulations, focusing on the harmful consumption of alcohol and other drugs as a transversal theme to various internship fields in Social Work and social policy. It was based on a literature review and on the teaching experience report with the course Seminar of Practice I. Faced with the challenges of training professionals from the perspective of intersectoriality, the dimension of transversality in the recomposition of the totality of manifestations of the social issue is discussed. The main direction of intersectoriality is guided by referrals from one service or policy to another, but there is a need to assume other perspectives that involve not only front-line professionals, but also the management and intensification of communication between intrasectoral and intersectoral devices.

KEYWORDS: Alcohol and other drugs; intersectoriality; harm reduction; social issues.

1 | INTRODUÇÃO

A formação profissional em Serviço Social está alicerçada no Projeto Ético Político da profissão, cujas bases se assentam no tripé: Diretrizes Curriculares produzida coletivamente

em 1996, articulada pela Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social, atualmente denominada Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS; Lei nº 8.662/1993, que Regulamenta a Profissão de Assistente Social e Código de Ética (Resolução CFESS 273/93). Entretanto, cada Unidade de Formação Acadêmica materializa seu projeto de formação na singularidade do seu Projeto Pedagógico. O Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí – CSS-UFPI, é regido pelo 4º Projeto Pedagógico, aprovado em 25 de janeiro de 2007, pela Resolução nº 13/2007, que implantou as Diretrizes Curriculares no único curso de Serviço Social vinculado à instituição pública federal no estado do Piauí (TERESINA, 2007). No 6º período do CSS-UFPI é previsto no fluxograma que os discentes irão para o estágio supervisionado I, que tem como disciplina co-equivalentes o Seminário de Prática I, com um total de 60 horas. Ou seja, constituem disciplinas distintas, mas há uma vinculação mútua entre ambas, haja vista a segunda ter em seu cerne alguns resgates de dimensões teórico metodológica, ético política e técnico instrumental, no geral, já abordadas em disciplinas no decorrer do percurso dos estagiários pelo Projeto Pedagógico do CSS-UFPI. Assim, configura uma disciplina síntese, que recupera conteúdos; assegura mediações, procurando alicerçar a indissociabilidade entre teoria-prática e as dimensões teórico metodológica, ético-política e técnico interventiva. Tem por ementa: “as expressões da questão social relacionadas ao campo de estágio. Reflexão teórico-metodológica e prática acerca das questões vivenciadas no cotidiano do estágio” (TERESINA, 2007, p. 48).

Até 2009, quando havia em torno de apenas 4 a 5 docentes do CSS-UFPI encarregados de responder às demandas de supervisão acadêmica do estágio obrigatório, as disciplinas de Seminário de Prática I eram também regidas pela mesma docente, que tinha sob seus cuidados de 10 a 15 alunos-estagiários. Ou seja, havia ênfase em determinada política setorial. Desde aproximadamente 2010, passa a contar com outra dinâmica, tendo por foco principal a intersetorialidade. Essa inflexão se deu em função de muitos alunos questionarem o porquê de o estágio supervisionado obrigatório ocorrer em apenas uma instituição campo de estágio e política social setorial. Muitas expressavam seu desejo em atuar e conhecer mais de uma política social e instituição campo de estágio. Então, na perspectiva de tentar suprir parte da lacuna posta pelos alunos e buscar inovar, na ânsia de ampliar as experiências para além do campo de estágio *stricto sensu*, foi alterada a forma de conduzir a disciplina. Desde então, uma ou duas docentes fica(m) responsável(is) pelo grupo de discentes em estágio supervisionado I e II, através da disciplina Seminário de Prática I e II, com foco na intersetorialidade. Tal alteração converge com os princípios e coordenadas postos na Constituição Federal de 1988, que cria a Seguridade Social, na perspectiva de oferecer assistência integral, rompendo com a cidadania regulada, no horizonte de construção da cidadania plena.

Trata-se de uma tarefa complexa, em função de variados fatores convergentes, dos quais destacam-se alguns, sem a pretensão de esgotá-los. Primeiro, a ansiedade dos

alun@-estagiári@s em se apropriar, através do exercício profissional, da materialidade da profissão, cuja formação é generalista, mas, a intervenção ocorre no cerne de uma instituição determinada e política social setorializada, o que configura o aparecer social, produto da fragmentação, produzida pelo Estado, das respostas sociais às necessidades sociais que são integrais, que abarcam as pessoas e as famílias como um todo (PEREIRA, 2018). Para acompanhar o dia a dia no e do estágio obrigatório há uma supervisora de campo, ou seja, uma profissional com contrato de trabalho com a instituição como assistente social e um supervisor acadêmico, docente do CSS-UFPI para orientar e monitorar o processo, mediando a relação docente-assistencial. Segundo, esse cenário exige um investimento para compreender a natureza e a missão de cada instituição campo de estágio na materialização de determinada política social e de suas relações e mediações com outras políticas setoriais, o que é da alçada de outra docente, a supervisora acadêmica. Terceiro, @s alun@s vivenciam o processo tendo que dar respostas a apreensões e questões específicas e gerais simultaneamente, em muitas situações pressionad@s por exigências de outras disciplinas ou realidades, como inserção em atividades de extensão, iniciação científica, construção do projeto de pesquisa do trabalho de conclusão de curso, dentre outras atividades. Algumas indagações se impõem, para serem refletidas e equacionadas coletivamente: como @s alun@s apreendem e põem em ação as orientações de docentes distintos? Há clareza dos papéis e conteúdos específicos a serem abordados por cada um deles? No que há convergências ou divergências? Como é para @s alun@s, de um lado, pelo cotidiano do estágio, ter uma visão mais singular de uma instituição, política setorial e realidade específica do Serviço Social, em seus micros processos de trabalho? E, por outro estarem mediadas por uma perspectiva mais macro, dada pela ação no território, no direito à cidade, pautado pela lógica da intersectorialidade, que como princípio e no arcabouço teórico está bem posto, mas, como objetivação/em produtos e relações, encontra-se como projeto, em construção, requisitando mudanças culturais densas, de gestores, profissionais e usuários? Que acúmulos já foram consignados para avaliar experiências mediadas pela intersectorialidade? Considerando que no cotidiano assistencial a intersectorialidade comumente aparece reduzida à “encaminhamento” de uma política/instituição para outra, é possível inovar? O que mesmo está sendo postulado a ser abordado? Que rebatimentos têm na formação d@ futur@ assistente social?

Apoiada em revisão de literatura, baseada no estado da arte, ou seja, mapeamento do que foi consignado nos estudos e pesquisas sobre a questão, em especial, sobre a intersectorialidade e, relato de experiência como docente na disciplina Seminário de Prática I, de fevereiro a julho de 2022, ou seja, no 2º semestre de 2021, no período pós vacinação da conjuntura pandêmica, tem-se por objetivos: assegurar panoramicamente a sistematização da experiência na disciplina; levantar subsídios para discutir as manifestações da questão social e suas articulações com as dimensões intersectoriais, a partir do consumo prejudicial de álcool e outras drogas como tema transversal a vários campos de estágio e política

social, que ensaja a intersetorialidade.

Não há a pretensão de responder a todos os questionamentos, nem mesmo esgotar o assunto, mas, trazer mais elementos para contribuir na reflexão coletiva, nos debates e direcionamentos futuros.

2 | PERFIL DA TURMA DE SEMINÁRIO DE PRÁTICA I

A turma de Seminário de Prática I, no 2021.2º contou com 21 discentes matriculad@s, sendo apenas um do sexo masculino, o que converge com o perfil sexual da profissão, majoritariamente feminino. Encontram-se distribuídas em 12 instituições campos de estágio, vinculadas a duas políticas setoriais: saúde (53%) e assistência social (33%) e no campo sociojurídico (14%), acompanhando assim as tendências nacionalmente postas de concentração dos profissionais e das linhas de pesquisa das docentes, supervisoras acadêmicas. O CSS-UFPI em aludido semestre conta com 8 docentes inseridos na atividade de supervisão acadêmica, ou seja, 50% do quadro do Departamento de Serviço Social. As instituições públicas geridas pelo município de Teresina, capital do Piauí, predominam, havendo três instituição sob gestão estadual, e duas vinculadas às Organizações da Sociedade Civil, com uma instituição gerida em parceria público privada. A diversidade de gestão contribui para analisar inclusive os modelos gerenciais colocados em ação, e a relativa autonomia dos profissionais do Serviço Social nos distintos espaços sócio-ocupacionais, até por que, em alguns contextos os profissionais tem vínculo efetivo/ estatutário/concursado, em outros são celetistas e em alguns, são contratados como cargos comissionados. As relações de poder também se diferenciam, pois na política de saúde e na área sociojurídica, o poder médico e dos operadores do direito tendem a prevalecer, figurando o Serviço Social e seus agentes como colaboradores, em papéis secundários, considerados e, muitas vezes, tratados como complementares, apesar de serem essenciais. Mesmo que o trabalho coletivo se organize em torno de equipes multiprofissionais, há em muitas instituições uma hierarquia bem verticalizada. De qualquer maneira, é importante destacar o trabalho em equipe, pois a formação profissional no CSS-UFPI tende a ser uniprofissional, ou seja, concentra o diálogo e trocas apenas entre estudantes da mesma profissão. Logo, a experiência de estágio tende a ser um espaço de ampliação de diálogo com outras categoriais profissionais, pois na maioria dos campos de estágio tende a haver trocas com psicólogos, pedagogos, enfermeiros, médicos, advogados, agrônomos, dentre outros. Em algumas instituições @s estagiári@s participam de reuniões de equipe e até são colocados como parte desse trabalho coletivo, atuando não apenas diretamente com sua supervisora de campo, mas, com outros profissionais. Chama a atenção que o CSS-UFPI tende a concentrar a formação profissional a partir dos estágios, para a realidade da capital, situação que, no geral destoa da condição dos profissionais que se inserem como recém formados no mercado de trabalho, haja vista que parte significativa inicia

seu exercício profissional em municípios de pequeno porte, do interior, tendo uma área e população rural muitas vezes maior que a urbana. Vale lembrar que no Piauí, a agricultura, a pecuária e o comércio, constituem sua base econômica. A única aproximação com a agricultura, localiza-se no Estágio na Superintendência de Desenvolvimento Rural, que atua, sobretudo, com as hortas comunitárias. Como a capital concentra bens e serviços, algumas instituições campo de estágio são referência para todo o estado, ou seja, seu território de intervenção abarca toda a população do Estado e até mesmo dos Estados circunvizinhos, sobretudo Maranhão e Ceará, a exemplo do Hospital Universitário - HU-UFPI; Hospital de Urgência de Teresina – HUT e Hospital Areolino de Abreu, referência da assistência à crise psiquiátrica do Estado, o que dificulta a atuação e visão intersetorial, embora não a impeça.

Dentre as diversas manifestações da questão social, “conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura” (...) sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem” (IAMAMOTO, 1998, p. 27/28), que se entrecruzam no dia a dia da vida d@s usuário@s dos serviços, e se traduzem comumente nas multifacetadas expressões da pobreza, associadas às violências de distintos matizes, destituições e violação de direitos, imagem social estigmatizadas d@s usuário@s e das instituições destinadas a garantir a proteção social, dentre outras, para fins desse estudo, destacou-se o consumo prejudicial de álcool e outras drogas, por ser transversal e estar mais presente nas narrativas d@s discentes, no interstício em tela.

3 | CONSUMO DE ALCOOL E OUTRAS DROGAS EM DESTAQUE ENTRE AS MANIFESTAÇÕES DA QUESTÃO SOCIAL

O consumo prejudicial de álcool e outras drogas ganhou proeminência nas narrativas do cotidiano das experiências de estágio de parte significativa d@s discentes, pela sua associação mais frequente no dia a dia assistencial com: a violência contra a mulher, no geral associada à violência intrafamiliar; em algumas situações culminando com a destituição do poder familiar, sobretudo quando o consumo está relacionado às mulheres consumidoras de crack; internações involuntárias e compulsórias, muitas com a interveniência de familiares; ato infracional e cumprimento de medidas socioeducativas; violências relacionadas à causa externa, sobretudo envolvimento com o tráfico de drogas, tentativas de homicídio e acidentes de trânsito, retratado também na violência urbana, encarceramento de jovens/penas alternativas, problemas de saúde, incluindo internações; fragilização e/ou ruptura nos vínculos familiares, que se configura principalmente entre a população em situação de rua e violências contra crianças e adolescentes.

Importante esclarecer que: a) droga é toda substância utilizada com a finalidade de produzir alteração no funcionamento do organismo, podendo ter uso prescrito pelo médico,

automedicação, inclusive com uso intencional, com diversas finalidades; b) há 3 padrões de consumo de substâncias psicoativas – spa: experimental, recreativo e dependente. Para se ter um padrão dependente, é necessário estar associada a pelo menos 3 critérios principais: tolerância, compulsão e prejuízos na vida. É o padrão dependente, que tende a ganhar destaque quando se trata de violência; c) as pessoas do sexo masculino predominam estatisticamente entre os consumidores de substâncias psicoativas, embora o quantitativo de mulheres consumidoras venha aumentando. O trato social é bem diferenciado, conforme o sexo d@ consumidor@. Culturalmente, sobretudo no Brasil, o consumo de álcool, que também é uma droga, é “legalizado” e socialmente aceito e seu consumo tende a ser estimulado quando se trata de pessoa do sexo masculino, pois muito associado a rituais de afirmação de masculinidade, endossada pela masculinidade hegemônica. Distintamente, quando se trata de mulheres, é associado à “transgressão aos valores sociais dominantes, o que implica num maior grau de reprovação social e, comumente, em menos apoio familiar e social” (ROSA; ALVES, 2013, p.119). Também é muito vinculado ao lazer e ao esporte, o que culturalmente tende a trazer danos, até pela crescente mercantilização e padronização de um modo de viver urbano, competitivo e consumista.

É frequente a associação entre consumo de álcool e outras drogas à violência, ambos fenômenos difusos, complexos e socialmente multideterminados. Entretanto,

Determinados processos de socialização têm o potencial de envolver os homens em episódios de violência. A agressividade está biologicamente associada ao sexo masculino e, em grande parte, vinculada ao uso abusivo de álcool, de drogas ilícitas e ao acesso as armas de fogo. (BRASIL, 2009a, p. 23).

Mas, apesar de parte expressiva de pessoas do sexo masculino embriagados se envolverem em contextos de violência, sobretudo, contra a mulher, cabe destacar que o consumo de álcool e outras drogas é apenas um potencializador da violência, não a origem dela, que tem relação estrutural com a sociedade patriarcal, misógina e sexista, que distribui direitos de forma desfavorável às mulheres. Ainda vinculado às relações de gênero, a mulher mãe como consumidora de drogas é mais passível de ser denunciada no Conselho Tutelar e comumente taxada de “negligente”, tendendo a perder a guarda dos filhos e até o poder familiar. A “separação de mães e bebês é, quase sempre, no discurso de nossas interlocutoras e nas decisões judiciais, fundamentada na garantia dos direitos e melhor interesse das crianças. Qual seria, afinal, o melhor interesse da criança nesses contextos” (CLINICA DE DIREITOS HUMANOS LUIZ GAMA, 2017, p. 23). Observa-se, no geral, desrespeito ao direito de convivência familiar, postulado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

A família, comumente passa por uma trajetória complexa até identificar um padrão de consumo prejudicial, que requisita ajuda externa ao grupo, no geral, acionamento de um serviço de saúde. Comumente, com baixo nível de informação e orientação, tende

a pressionar o/a consumidor(a) à internação “voluntária”, pois foi a resposta histórica predominante que o Estado ofereceu através do sistema jurídico e da política de saúde. Também figura no imaginário social como a “melhor atitude”, em função da hegemonia do paradigma proibicionista. Quando não há aceitação por parte d@ consumidor(a), então, pende para internações involuntárias, contra a vontade d@s usuário@s, ou apela para a internação compulsória, determinada pelo juiz, previstas na Lei nº 10.216/2001 (BRASIL, 2004).

O consumo de drogas está presente nas diferentes faixas etárias, mas, sobretudo a partir dos anos 1960, com os movimentos juvenis, principalmente a contracultura, nos Estados Unidos, há crescente associação entre juventude(s), consumo de drogas e rebeldia. As pesquisas vêm mostrando o consumo em idades cada vez mais precoce, e no Brasil, principalmente na ótica da Segurança Pública, é fortalecida a associação entre pobres, pretos, moradores de periferia e o tráfico e o consumo de drogas. Neste cenário, os jovens são crescentemente encarcerados e condenados por tráfico de drogas, sendo a maioria sem antecedentes criminais, tendo sido presos sozinhos, sem estarem vinculados à organização criminosa, como comumente é difundido no senso comum, como constata Luciana Boiteux (2014). Mesmo assim, tendem a ser tratados como pessoa de alta periculosidade e destituídos da condição de cidadania, sendo associados ao crime. Adolescentes nesse mesmo contexto, tendem a ser encaminhados para medidas socioeducativas, estando muito ato infracional associado ao consumo e até ao tráfico de drogas, mas, também à destituição de direitos, sobretudo à educação, pelos vários mecanismos que fomentam a desistência/evasão escolar, em idade precoce, sobretudo entre os pobres.

Autoras como Alba Zaluar (1992) mostra a duplicidade do sistema de ensino no Brasil. Um deles, voltado para a elite, que tem uma formação cultural geral, preparando as novas gerações para o comando. E a outra, destinada ao proletariado e aos pobres, visando a instrução técnica rudimentar e o preparo para o trabalho. Nesse contexto, as famílias pobres tendem a não acreditar no valor da educação e da escola como esfera da ascensão/mobilidade social, até por que não dialoga com a realidade do seu público alvo. Logo, a escola pública no Brasil, torna-se ex-cola, não cria vínculo com os pobres, seu público majoritário. Como também as políticas sociais públicas não investem em equipamentos como creches, nem esporte para todos. A sociabilidade das crianças e jovens pobres acaba sendo a rua, onde ficam expostos a variadas influências e envolvimento.

No Brasil, a indistinção entre usuário de drogas e traficante, e as recentes tentativas de distinguir um do outro, tem se mostrado pífiás. A definição de quem é traficante depende da avaliação subjetiva dos Juízes, o que os estudos mostram que tende a ter um trato racializado (ROSA; GUIMARÃES, 2020). Por outro lado, pela baixa escolaridade e pelo desemprego estrutural que predominam entre os jovens pobres, eles tendem a ser aliciados pelo tráfico, inclusive como mulas/aviões e em situação de batida policial, tendem

a ser apreendidos pois ganham mais visibilidade na cadeia do narcotráfico, sendo os mais expostos publicamente. Se forem consumidores de drogas e portarem uma quantidade mesmo que pequena para consumo próprio, ficarão à mercê de avaliações arbitrárias, que tendem a considerar seu local de residência e cor da pele. Ademais, mesmo que sejam um usuário com um padrão experimental ou recreativo, o risco de terem um tratamento padronizado como dependente e “bandido” é significativo. Assim, há visão estereotipada desse grupo e tratamento padronizado, no geral, pela via da segurança pública, comumente, a única política mais próxima desse segmento.

É comum a fragilização dos vínculos familiares, no contexto do consumo de spa, envolvendo desinformação, divergências/conflitos familiares, dificuldades de manejo da situação, violências, o que pode culminar na situação de rua, por iniciativa da própria pessoa consumidora ou da família, podendo ou não haver ruptura nas relações. Por exemplo, observou-se através da experiência do estágio obrigatório que subjacente ao consumo de substâncias psicoativas entre adolescentes, havia a violência de gênero perpetrada por padrasto com relação à sua mãe, o que precipitou sua saída de casa para a rua e o envolvimento com o universo das drogas, situação que no geral fica invisível.

Historicamente, o trato do consumo e do tráfico de substâncias psicoativas esteve associado à política de segurança pública, sobretudo o aparato policial e à política de saúde, orientada pelo paradigma proibicionista, que nasceu nos Estados Unidos, associado às barreiras contra a migração e contra a população negra. É incorporada como política hegemônica, no século XX, por diversos países, inclusive o Brasil, orientadora das ações e coordenadas da Organização Mundial da Saúde. Como informa Maurício Fiore (2012, p. 09) o “proibicionismo é uma forma simplificada de classificar o paradigma que rege a atuação dos Estados em relação a determinado conjunto de substâncias”. Parte de duas premissas básicas: a proibição é indispensável para prevenir danos e, é a melhor forma do Estado criar barreiras e punir os produtores, vendedores e consumidores. Com isso, acaba focando no produto como se fosse um agente, implementando uma pedagogia do terror fundada na “guerra às drogas” e uma “sociedade livre das drogas”, o que culminou na criminalização do consumidor, na guerra contra pessoas.

No Brasil, a partir das políticas de combate ao HIV/AIDS, nos finais dos anos 80, que exigiu novas abordagens dos usuários de substâncias injetáveis, iniciam-se experiências baseadas na redução de danos, que aborda o consumidor como sujeito de direitos, na perspectiva de minimizar danos sociais à saúde associadas ao uso de substâncias psicoativas, sem prescrição médica. Apesar de tal abordagem ser alçada à condição de orientadora da política do Ministério da Saúde para a atenção integral a usuários de álcool e outras drogas (2004), coexistiu com a perspectiva hegemônica proibicionista, reforçada pelas alterações na correlação de forças a partir de 2010, a qual vem desmontando toda arquitetura construída e orientada pela perspectiva de direitos humanos, remanicomalizando a atenção. Entretanto, é o paradigma da redução de danos que converge com o Projeto

Ético Político do Serviço Social, apesar de se observar no cotidiano assistencial, em parte significativa dos serviços, a tendência de predomínio do paradigma proibicionista, que fundamenta a leitura de realidade de muitos profissionais.

4 | CONVOCAÇÕES E CONEXÕES INTERSETORIAIS: APROXIMAÇÕES E TENSIONAMENTOS

Apesar dos desmontes impressos pela contrarreforma neoliberal, intensificados em 2016, com as conquistas dos movimentos sociais consignadas na Constituição Federal de 1988 e na legislação que regulamentou a Seguridade Social, as experiências desse frágil período de “consolidação democrática”, imprimiram novas tendências que ainda encontram-se em vigência e são estratégicos para o projeto de construção e alargamento da cidadania de novos sujeitos sociais, como no caso das pessoas consumidoras de substâncias psicoativas. O postulado da proteção social que reconhece @s usuáři@s das políticas públicas como ente indivisível, complexo e com múltiplas necessidades, impôs o imperativo da atenção integral, em contraponto às ações que fragmentam necessidades, sob a ideia da setorialidade. A intersetorialidade, entendida como uma ferramenta de gestão para produzir uma nova cultura, na direção da articulação entre setores sociais diversos, otimiza saberes e experiências em prol de objetivos comuns, requisitando pesquisa, planejamento e avaliação conjunta (PEREIRA, 2014). O que requer intensificação da comunicação, diálogo entre diferentes políticas e ações corresponsáveis, o que remete a níveis de gestão da macro política.

A IV Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersetorial, realizada em 2010, concretizou articulações intersetoriais e alguns avanços foram materializados sobretudo na aproximação entre o Sistema Único de Saúde e o Sistema Único de Assistência Social, através de duas publicações: Guia Estratégico para o cuidado de pessoas com necessidades relacionadas ao consumo de álcool e outras drogas: Guia AD (BRASIL, 2015) e Orientações técnicas: atendimento no SUAS às famílias e aos indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social por violação de direitos associada ao consumo de álcool e outras drogas (2016).

Desde 1995, o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação, conjuntamente e com apoio da UNESCO e do UNICEF, vem envidando esforços através de ações que vinculam saúde e educação, focado na saúde sexual e saúde reprodutiva de adolescentes, iniciado pelo programa Salto para ao futuro, transformado em 2005 no projeto “Saúde e Prevenção nas Escolas (BRASIL, 2008), que estende sua abordagem ao consumo de substâncias psicoativas, fundamentado no paradigma da redução de danos, orientando-se portanto, para os direitos humanos e uma abordagem baseada em evidências científicas e uma pedagogia humanista.

Ademais, houve investimentos em pesquisas que retrataram a realidade do consumo

de substâncias psicoativas no Brasil. O Relatório brasileiro sobre drogas (SENAD, 2009b) circunscrito ao período 2001 a 2007 e a Pesquisa nacional sobre o uso de crack (FIOCRUZ, 2014) trazem importantes subsídios para conhecimento das múltiplas e complexas necessidades desse segmento. As pesquisas mostraram que, apesar de grave, não há no país uma epidemia do uso de crack e que o principal problema do país ainda é o consumo do álcool.

Entretanto, tais avanços não foram integralmente capilarizados, pois como avaliam Gonçalves e Albuquerque (2016, p. 213), a partir da experiência cearense, em Iguatu, as múltiplas necessidades de consumidores de spa ainda persistem como exclusivismo da saúde mental, o que é fomentado pela “cultura de encaminhamento, donde @s usuári@s e suas respectivas demandas são ‘encaminhadas’ frequentemente para outros serviços, desresponsabilizando aquela política social no primeiro atendimento e fragilizando a dimensão da intersectorialidade.”

No cotidiano assistencial, a partir dos micros processos de trabalho, observa-se que a intersectorialidade é muitas vezes compreendida pelo viés também do “jeitinho brasileiro”, de acionar a rede de amizades, sem que haja fluxos estabelecidos e definições claras de atribuições e de responsabilidades. Por sua vez, observa-se que a intersectorialidade se mostra mais efetiva com a interveniência da judicialização, quando operadores do direito, sobretudo Ministério Público e Defensoria, convocam representantes de todas as políticas para se sentarem e construírem coletivamente respostas conjuntas diante de um caso específico, construção que nem sempre se amplia para além da situação pontual. Raramente se constata a existência de fóruns ou espaços coletivos de discussão permanente entre as políticas no contexto piauiense. É comum se observar ainda, a dificuldade de diálogo até mesmo intrasetorial. No interior da própria Rede de Atenção Psicossocial, é comum se observar tensionamentos, por exemplo, em relação à População em Situação de Rua que, quando é encaminhada a um hospital geral, sem documento, pode ter seu acesso inviabilizado.

Como visto, o consumo de substâncias psicoativas tem muitas expressões intra e intersectoriais, que perpassam tanto a política de assistência social, de saúde e a arena sociojurídica, sendo transversal. Mas, também requer a inclusão sobretudo, da política de educação, profissionalização, emprego e renda, direitos humanos, habitação, cultura e lazer.

Apesar disso, os estudos indicam que predomina ainda o despreparo dos profissionais e tomadores de decisão em relação à matéria, muito impregnada pelo paradigma proibicionista, que foca na substância, no produto utilizado, com tendência à criminalização do seu consumidor e padronização da resposta, sobretudo com orientação ou encaminhamento para internação, prisão e destituição de direitos.

No geral, configura-se em qualquer política social o mesmo padrão: diante de um consumidor, pressuposto ou confirmado, a conduta dos profissionais é na orientação para

a abstinência ou internação, imperando o desconhecimento da estratégia de redução de danos. Diante do fato, é importante, o preparo dos profissionais e d@s estagiári@s para apropriar-se do manejo da pessoa nessas circunstâncias. Antes de qualquer orientação, criar vínculo com a pessoa, compreender seu contexto de vida, conhecer as funções que o consumo de drogas tem na vida daquele ser e procurar saber em que momento a pessoa se encontra entre os estágios da mudança, o que pode ser evidenciado através dos aportes fornecidos pela entrevista motivacional, consistindo em “um meio particular de ajudar as pessoas a reconhecer e fazer algo a respeito de seus problemas presentes ou potenciais” (MILLER; ROLLNICK, 2001, p. 61). Diante disso a formação profissional é instada a mudar, a focar no que está mais próximo e ao alcance d@ alunad@, que seria a recomposição da totalidade das manifestações sociais e, no caso em apreço, a redução de danos dá os fundamentos essenciais, não apenas para a questão do consumo de drogas, mas, para outros eventos que ensejem mudanças.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto, as manifestações da questão social intermediadas pelo consumo prejudicial de álcool e outras drogas é transversal a vários campos de estágio e política social e enseja a intersectorialidade. Entretanto as articulações intersectoriais no cotidiano assistencial quando ocorrem é pelos micros processos de trabalho, sobretudo pela via do encaminhamento ou “jeitinho brasileiro” via acionamento das amizades, sem atingir o nível de gestão mais geral. Pensar o processo formativo a partir da intersectorialidade requer analisar os determinantes e a lógica institucional dos serviços que, como visto, tendem a se fundamentar no proibicionismo. Logo, a formação profissional tem que ser repensada, a partir do paradigma da redução de danos. No caso específico do direcionamento da disciplina Seminário de Prática I, indaga se a questão mais importante é somente o foco na intersectorialidade, ou na recomposição da transversalidade das múltiplas necessidades sociais apresentadas no cotidiano da atenção para @s usuári@s dos serviços, que trazem constitutivamente as convocações de ações integrais, para além da demanda imediata.

REFERÊNCIAS

BOITEUX, L. Drogas e cárcere: repressão às drogas, aumento da população penitenciária brasileira e alternativas. In: SHECAIRA, S.S. (Org.). **Drogas: uma nova perspectiva**. São Paulo: IBCCRIM, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **A política do Ministério da Saúde para a atenção integral a usuários de álcool e outras drogas**. Brasil: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. **Saúde e Prevenção nas Escolas**. Atitude pra curtir a vida. Guia para a formação de profissionais de saúde e educação. Brasil: Ministério da Saúde/Ministério da Educação, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem**: princípios e diretrizes. Brasil: Ministério da Saúde, 2009a.

BRASIL. Secretaria Nacional sobre drogas. **Relatório Brasileiro sobre Drogas**. Brasília: SENAD, 2009b.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia Estratégico para o cuidado de pessoas com necessidades relacionadas ao consumo de álcool e outras drogas**: Guia AD. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Caderno de Orientações técnicas**: atendimento no SUAS às famílias e aos indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social por violação de direitos associada ao consumo de álcool e outras drogas. Brasília: MDS, 2016.

CLINICA DE DIREITOS HUMANOS LUIZ GAMA. **Primeira infância e maternidade nas ruas da cidade de São Paulo**: Relatório de pesquisa. São Paulo: Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama, 2017.

FIOCRUZ. **Pesquisa nacional sobre o uso de crack**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2014.

IORE, M. O lugar do Estado na questão das drogas: o paradigma proibicionista e as alternativas. **NOVOS ESTUDOS** 92 II MARÇO 2012, p.9-21

GONÇALVES, A.M.; ALBUQUERQUE, C.S. Guia de conclusões: Desafios para a atenção integral e intersectorial aos/às usuários/as de drogas e suas famílias. In: GONÇALVES, A.M.; ALBUQUERQUE, C.S. **Drogas e proteção social**: os desafios da intersectorialidade. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2016, p. 211-224.

IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

MILLER, W.R.; ROLLNICK, S. **Entrevista motivacional**: preparando as pessoas para a mudança de comportamentos adictivos. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

PEREIRA, P. A. A intersectorialidade das políticas sociais numa perspectiva dialética. In: MONNERAT, G.L. (et. all., (Org.). **A intersectorialidade na agenda das Políticas Sociais**. Campinas: Papel Social, 2014.

PEREIRA, S.L. B. **Intersectorialidade na política de saúde mental**: uma análise a partir das articulações tecidas pelos/as assistentes sociais nas redes intersectoriais. Tese (Doutorado em Políticas Públicas). Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas. Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2018.

ROSA, L.C.S.; ALVES, T.M. "E quando são elas? Interfaces entre saúde mental, substâncias psicoativas e gênero. **Gênero**. Niterói, v. 13, n.2, p.109-125, 1.sem. 2013.

ROSA, L.C.S.; GUIMARÃES, T.M.A.A. O racismo na/da política proibicionista brasileira: redução de danos como antídoto antirracista. **Revista em Pauta**, v. 18, p. 27-43, 2020.

TERESINA. **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí**. Teresina: UFPI, 2007.

ZALUAR, A (Org.). **Violência e educação**. São Paulo: Livros do Tatu/Cortez, 1992.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ações socioeducativas 48

Acumulação capitalista 36

Acumulação primitiva 37, 44

Adoecimento mental 69, 70, 71, 72, 90, 91, 92

Assistente social 1, 6, 7, 8, 13, 24, 34, 36, 40, 42, 44, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 56, 58, 59

C

Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde 73

Capitalismo 1, 2, 17, 27, 38, 44, 46, 47, 54, 75, 76, 77, 78, 82

Centralidade do trabalho 19

Competências profissionais 5, 25, 46, 52, 96

Consciência de classe 48, 55

Conselho Nacional de Assistência Social 3

Constituição da República Federativa do Brasil 24, 26, 33

Covid-19 45, 47, 51, 54, 55, 56, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 78, 81, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95

D

Deslocamento espacial 18

Determinações do capitalismo 47

E

Educação sustentável 24, 25, 32, 33

Enfrentamento à violência doméstica e familiar 35, 36, 40

Envelhecimento 9, 10, 11, 16, 31

Espaços sócio ocupacionais 7, 46, 49, 56

Estágio supervisionado 58

Exercício profissional 35, 36, 40, 41, 42, 44, 46, 51, 53, 54, 55, 56, 59, 61

G

Gênero 5, 12, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 62, 64, 68, 75, 76, 77, 80, 93, 94, 95

I

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 11

Intersetorialidade 24, 28, 29, 32, 34, 57, 58, 59, 60, 65, 66, 67, 68

L

Liberalismo 1

Linhas de enfrentamento 72

Longevidade 9, 11

M

Meio ambiente 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 34

Migração 18, 19, 20, 21, 22, 23, 64

Movimento de reconceituação 4, 39

P

Pandemia 45, 47, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 69, 70, 71, 72, 74, 81, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95

Política de Assistência Social 1, 2, 9, 10, 34, 66

Política Nacional do Meio Ambiente 26

Políticas de saúde 10

Políticas públicas 3, 9, 10, 11, 12, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 42, 44, 52, 53, 56, 57, 65, 68, 72, 89, 90, 91

Políticas sociais 1, 2, 4, 7, 24, 27, 28, 32, 34, 46, 53, 54, 56, 63, 68, 91, 96

Práxis 48, 93

Processo migratório 18, 19, 21

Processos de trabalho 47, 48, 51, 59, 66, 67, 70, 72, 92

Profissionais da saúde 74, 78, 92, 95

Programa Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento 35

Projeto Ético-Político do Serviço Social 44

Psicólogo 13

S

Saúde mental 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 84, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96

Serviço Social 4, 5, 6, 7, 8, 24, 25, 34, 35, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 65, 68, 73, 93, 94, 96

Sociedade capitalista 6, 40, 45, 46, 48, 61, 94

Supervisão acadêmica do estágio 58

T

Trabalho 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 10, 13, 16, 18, 19, 20, 21, 23, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 38, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 59, 60, 63, 66, 67, 68, 69, 70, 71,

72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95

V

Vínculos familiares 13, 14, 61, 64


SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL:

Desafios e atuação profissional

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 


www.facebook.com/atenaeditora.com.br 




SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL:

Desafios e atuação profissional

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 